

**TIMBAÚBA S.A.**  
CNPJ Nº 04.899.037/0001-54

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro 2021. Petrolina - PE, 31 de maio de 2022. A Diretoria.

Balancos Patrimoniais - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Nota	2021		2020	
		(Não auditado)		(Não auditado)	
Caixa e equivalentes de caixa ...	4	34.444	21.025		
Contas a receber de clientes .....	5	44.442	53.830		
Estoques .....	6	26.087	26.720		
Tributos a recuperar .....	7	8.412	38.032		
Adiantamentos a fornecedores ..		857	390		
Outras contas a receber .....		2.912	2.494		
		117.154	142.491		
<b>Não circulante</b>					
Partes relacionadas .....	8	62.138	67.511		
Investimentos .....		-	684		
Imobilizado .....	9	269.838	288.500		
		331.976	356.695		
<b>Total do Ativo .....</b>		<b>449.130</b>	<b>499.186</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)							
	Capital Social		Reserva de incentivo fiscal	Reserva de Reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Subscrito	Afac					
Saldos em 1º de janeiro de 2020 .....	92.045	362.273	2.215	67.313	30.252	(207.750)	346.348
Reserva de reavaliação .....	-	-	-	(3.205)	-	3.205	-
Ajuste de avaliação patrimonial .....	-	-	-	-	(8.028)	-	(8.028)
Prejuízo do exercício .....	-	-	-	-	(76.357)	-	(76.357)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 .....	92.045	362.273	2.215	64.108	22.224	(280.902)	261.963
Aumento de capital .....	362.273	(362.273)	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação .....	-	-	-	(3.205)	-	3.205	-
Ajuste de avaliação patrimonial .....	-	-	-	-	(5.516)	-	(5.516)
Prejuízo do exercício .....	-	-	-	-	(71.603)	-	(71.603)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 .....	454.318	-	2.215	60.903	16.708	(349.300)	184.844

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 - Contexto Operacional:** A Timbaúba S.A. possui sede na BR - 122, KM 174, S/Nº, Zona Rural, no Município de Petrolina (PE). Tem como objetivo social a pesquisa, criação, reprodução, beneficiamento de animais aquáticos; a exploração de atividade agropecuária, com destaque para a agricultura irrigada; industrialização de produtos agropecuários e agrícolas; a produção de sucos concentrados e diluídos e de bebidas, podendo realizar a prestação de serviços de consultoria técnica no país e no exterior; comercialização, no mercado nacional e no exterior, atacadista e/ou varejista, dos produtos, próprios ou de terceiros, compreendidos em seu objeto social; importação e exportação de bens e/ou matérias primas, próprias ou de terceiros, que visem o alcance do objeto principal de suas atividades, inclusive para o gozo e utilização de incentivos fiscais; a compra, venda, importação e exportação de papel, celulose e seus derivados. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** **2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis** **a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica CPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pela Administração em 31 de maio de 2022. **b) Continuidade:** Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que possa recursos para dar continuidade a seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. **c) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das informações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. **d) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020. **2.2 Novas normas e pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis:** Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Companhia não adotou os CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações no CPC 36(R3)/IFRS 10 e no CPC 18(R2)/IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Postergada indefinidamente
Alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16	Reforma da taxa de juros de referência	A partir de 1º de janeiro de 2021.
Alterações ao CPC 27/IAS 16	Impobilizado: Receitas antes do uso pretendido	A partir de 1º de janeiro de 2022.
Alterações ao CPC 15/IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	A partir de 1º de janeiro de 2022.
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante	A partir de 1º de janeiro de 2023.

A administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis em períodos futuros. **3 - Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Apuração do resultado:** É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **b) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos

de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo os passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **c) Contas a Receber:** Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituiu provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos empréstimos a receber. As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **d) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor razoável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do Custo Médio de Aquisição e inclui gastos incorridos pela aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **e) Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **f) Redução ao valor recuperável de não financeiros (*impairment*): Imobilizado:** Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia revisa os saldos do imobilizado, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **g) Provisões: (i) Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **(ii) Contingências:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia, onde aqueles considerados como prováveis o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **h) Reconhecimento da receita:** A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. Vendas de produtos: A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios

**Demonstrações de Resultados**  
**Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação)

	Nota	2021	2020
		(Não auditado)	(Não auditado)
Receita líquida de vendas .....	15	85.574	59.887
Custo dos produtos vendidos .....	16	(104.677)	(94.308)
Prejuízo bruto .....		(19.103)	(34.421)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas .....	17	(6.574)	(7.935)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas .....	18	9.253	21.379
		2.679	13.444
Resultado antes do resultado financeiro .....		(16.424)	(20.977)
Resultado financeiro líquido .....	19	(22.524)	(55.380)
Prejuízo antes dos tributos .....		(39.948)	(76.357)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos .....	7	(32.656)	-
Prejuízo do exercício .....		(71.604)	(76.357)
Número de ações ao final do exercício .....		156.189.063	156.189.063
Prejuízo por ação (em R\$) .....	14	(0,46)	(0,49)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
	2021	2020	
Prejuízo do exercício .....	(71.595)	(76.357)	
Outros componentes do resultado abrangente			
Ajuste de avaliação patrimonial .....	(5.516)	(8.028)	
Total do resultado abrangente .....	(77.111)	(84.385)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **j) Incentivos fiscais:**

Tipo de Incentivo	Documento de Autorização	Data Limite do incentivo
Redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, limitados até a produção de 18.720 toneladas ao ano de biomassa despesada para aplicação em projetos de modernização total do empreendimento na área, proveniente da SUDENE.	Laudo Constitutivo SUDENE nº 0114/2013	Dezembro/2022
PRODEPE - Benefício de crédito presumido do ICMS em valor equivalente a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo devedor do ICMS normal.	DECRETO Nº 38.026, de março de 2012. Concede estímulo previsto na Lei nº 11.675, de 11/10/99.	Março/2024

**k) Resultado básico por ação:** A Companhia efetua o cálculo do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação. **l) Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalente de Caixa	2021		2020	
	(não auditado)		(não auditado)	
a) Caixa e equivalente de Caixa				
Depósitos bancários à vista .....	719	1.677	719	1.677

c) Aplicações financeiras	2021		2020	
	(não auditado)		(não auditado)	
Renda fixa (i) .....	33.725	19.348	34.444	21.025

(i) As aplicações financeiras referem-se a instrumentos de renda fixa (operações compromissadas e CDBs), remunerados em média à taxa de 98,5% do CDI (98,5% em 2020).

b) Movimentação do imobilizado	2021		2020				
	(não auditado)		(não auditado)				
Conta	Taxas		Aquisição	Baixa	Outros	Depreciação Acumulada	2021
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos .....	10% e 20%	45.900	545	-	17.774	(59.518)	4.701
Equipamento de Campo .....	20%	17.774	-	-	(17.774)	-	-
Construções Cívicas .....	4% e 8%	756	-	-	-	(600)	156
Cultura Permanente e Florestas .....	6,6% e 10%	338.102	1.331	-	-	(121.660)	217.773
Instalações .....	10%	3.235	-	-	-	(2.804)	431
Veículos .....	20% e 40%	2.336	-	-	-	(1.733)	603
Outros imobilizados .....	Diversos	1.024	78	-	-	(717)	385
Terrenos .....	-	45.586	203	-	-	-	45.789
		454.713	2.157	-	-	(187.032)	269.838

O saldo de depreciação acumulada é constituído dos ativos imobilizados e bens reavaliados efetuado em 2010, na adoção inicial conforme CPC 37, os valores depreciados referente aos itens reavaliados foram R\$ 5.516 em 2021 e R\$ 8.028 em 2020. **10- Fornecedores:** Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 referem-se a valores em aberto com diversos fornecedores nacionais, referentes basicamente a compras de insumos como fertilizantes e materiais de embalagens. **11- Empréstimos e financiamentos:** No segundo semestre de 2019, a Timbaúba S.A. concretizou a negociação da reestruturação de suas dívidas financeiras, alongando o prazo para liquidação de forma escalonada.

Instituição	Modalidade	2021		2020	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES .....	Finame (i)	92	74	174	166
Banco do Brasil - ACC (ii)		197.618	11.923	186.578	186.578
		197.710	12.097	186.744	186.744

**c) Resultado por ação** **31.12.2021** **31.12.2020**  
Prejuízo atribuído aos acionistas .....

Quantidade de ações .....

Prejuízo por ação .....

**d) Reserva de reavaliação:** Refere-se a reavaliação dos bens de cultura permanente do ativo imobilizado efetuado em 2016. Os valores depreciados foram de R\$ 3.205 em 2021 e 2020. **e) Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se basicamente a reavaliação para bens do ativo imobilizado custo atribuído efetuado em 2010, na adoção inicial conforme CPC 37. A adoção do custo atribuído é aplicável somente na adoção inicial, não sendo admitida a revisão da avaliação em períodos subsequentes. Os valores apropriados foram de R\$ 5.516 em 2021 e R\$ 8.028 em 2020.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Prejuízo do exercício .....	(71.604)	(76.357)
Ajustes por:		
Provisão de juros sobre financiamentos .....	5.216	11.940
Variação cambial .....	14.120	42.957
Depreciação / Amortização .....	15.252	4.699
Provisão dos tributos diferidos .....	32.656	-
Prejuízo do exercício - ajustado .....	(4.360)	(16.761)

**Variáveis nos ativos e passivos operacionais:**  
Diminuição (aumento) nas contas a receber .....

**Fluxo de Caixa das atividades de investimento**  
Aquisição / baixas no imobilizado .....

**Fluxo de Caixa das atividades de financiamento**  
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC .....

**Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício**  
**Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício**  
**Aumento de caixa e equivalentes de caixa**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	2021	2020
Clientes - mercado externo .....	20.857	11.507
Clientes - mercado interno .....	23.585	42.323
	44.442	53.830

	2021	2020
Vencido até 180 dias .....	1.105	1.338
Vencidos mais que 180 dias .....	23.885	28.931
A Vencer até 30 dias .....	6.079	7.363
A Vencer de 31 a 60 dias .....	7.071	8.565
A Vencer de 61 a 90 dias .....	6.302	7.633
	44.442	53.830



**TIMBAÚBA S.A.**  
CNPJ Nº 04.899.037/0001-54

15- Receita Líquida		
a) Receita bruta		
	2021	2020
Agroindústria	116.905	77.147
<b>b) Deduções</b>	<b>(31.331)</b>	<b>(17.260)</b>
PIS	(1.543)	(960)
COFINS	(7.109)	(4.423)
INSS	(3.270)	(2.104)
ICMS	(14.328)	(8.731)
Devoluções	(5.081)	(1.042)
	(31.331)	(17.260)
Receita líquida	85.574	59.887
16- Custos		
Custos		
	2021	2020
Custos Pessoal	(28.277)	(37.862)
Materiais (i)	(50.427)	(27.316)
Custos Gerais (ii)	(25.803)	(28.974)
Impostos e Taxas	(171)	(156)
	<b>(104.677)</b>	<b>(94.308)</b>
Materias (i)		
	2021	2020
Embalagens	(14.869)	(3.593)
Insumos	(5.427)	(3.871)
Defensivos	(15.519)	(12.523)
Aubos	(14.439)	(7.281)
Outros	(172)	(47)
	<b>(50.427)</b>	<b>(27.316)</b>

Custos Gerais (ii)		
	2021	2020
Água	(1.919)	(1.647)
Energia elétrica	(2.910)	(3.201)
Combustíveis e lubrificantes	(1.208)	(1.301)
Serviços profissionais contratados	(6.986)	(10.226)
Depreciações	(7.922)	(6.694)
Manutenções	(2.158)	(2.911)
Copa e cozinha	(1.314)	(1.550)
Outros	(1.387)	(1.444)
	<b>(25.803)</b>	<b>(28.974)</b>
17- Despesas Administrativas		
a) Despesas Administrativas		
	31.12.2021	31.12.2020
Despesas c/ Pessoal	(2.874)	(1.383)
Despesas c/ Impostos	(1.947)	(1.320)
Despesas c/ baixas no processo produtivo (i)	(1.199)	(5.038)
Despesas c/ Serviços Prestados	(400)	(40)
Despesas gerais	(154)	(154)
Total	<b>(6.574)</b>	<b>(7.935)</b>
(i) Referentes a custos sobre outras saídas de mercadorias (remessa para demonstração, bonificação, amostras). <b>18- Outros resultados operacionais:</b> a) Outras Receitas (despesas) operacionais, líquidas		
	31.12.2021	31.12.2020
Crédito Prorrateado (i)	9.982	6.569
Atualização de impostos a compensar (ii)	-	8.587
Outros créditos	(729)	6.223
Total	<b>9.253</b>	<b>21.379</b>

19 - Resultado financeiro		
	31.12.2021	31.12.2020
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimento aplicação financeira	222	73
Descontos Obtidos	148	2.219
Variáveis Cambiais Ativa (i)	28.344	32.156
<b>Despesas Financeiras</b>		
Variáveis Cambiais Passiva (i)	(42.464)	(75.113)
Juros sobre financiamento	(5.216)	(11.969)
Outras despesas financeiras	(5.558)	(2.748)
	<b>(51.238)</b>	<b>(89.828)</b>
Resultado financeiro líquido	<b>(22.524)</b>	<b>(55.380)</b>
(i) Trata-se variação monetária de dívidas em moedas estrangeira, conforme nota explicativa nº 11. <b>20 - Contingências:</b> A administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos possui processos trabalhistas, que foram classificados como de perdas possíveis. A Companhia não constituiu provisão para contingência por não possuir contingências classificadas como provável.		
	2021	2020
Trabalhista	1.312	-
<b>Herman Jacobus Cornelis Azevedo Voorwald</b> Diretor - CPF: 340.881.178-40		
<b>Márcio José Pacheco de Mesquita</b> Diretor - CPF: 002.284.664-66		
<b>Ubiratan Piragibe Peixoto de Lira Filho</b> - Contador - CRC: PE-024274/O		

**21 - Gestão de Risco Financeiros:** a) **Considerações Gerais:** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo. b) **Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Timbaúba S.A.** - Petrolina - PE  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis Timbaúba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e ajustes do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Timbaúba S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Contas a receber de clientes vencidos há longa data:** Conforme Nota Explicativa nº 5, a Companhia possui registrado contas a receber no montante de R\$ 23.885 mil vencidos há mais de 180 dias, sobre os quais não possui controle e os quais não foram submetidas às práticas de avaliação por realização e redução ao valor recuperável e perdas esperadas. Dessa forma, o total do ativo, o resultado e patrimônio líquido podem estar superavaliados neste montante em 31 de dezembro de 2021. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional. Chamamos atenção para as demonstrações contábeis, as quais demonstram que a Companhia vem incorrendo em prejuízos recorrentes, apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 110.576 mil e prejuízos acumulados de R\$ 349.300 mil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 essa situação indica a existência de incerteza relevantes que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Conforme divulgado na Nota Explicativa 8 as demonstrações contábeis, a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas definidas entre as partes descritas na referida Nota Explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, não foram examinados por nós e nem por outros auditores independentes e, desta forma, não expressamos opinião sobre os referidos números. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia

ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

 Grant Thornton

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2022

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

Márcio Romulo Pereira  
Contador CRC 1RJ-076.774/O-7



Publicidade Legal – 17 de janeiro de 2024 - BALANÇO - TIMBAÚBA  
S A 2021 E 2020 pdf

Código do documento 0e5ec0a0-d2f3-4949-ba91-57322b8342a6



## Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100  
Certificado Digital  
fabiohenrique@folhape.com.br  
Assinou

## Eventos do documento

### 16 Jan 2024, 17:58:05

Documento 0e5ec0a0-d2f3-4949-ba91-57322b8342a6 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2024-01-16T17:58:05-03:00

### 16 Jan 2024, 17:58:21

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2024-01-16T17:58:21-03:00

### 16 Jan 2024, 17:58:48

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 187.59.113.96 (187.59.113.96.static.host.gvt.net.br porta: 25712). Dados do Certificado: CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=videoconferencia, OU=22121066000172, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=RECIFE, ST=PE, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE\_ATOM: 2024-01-16T17:58:48-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):97f007203af1e902dc11c7a47f3b2a9777c071f9dc2b51a558a0648408acac7f  
(SHA512):5e398cac387a4f37aea04ea5262ef438bf251c89061c87c4f8693377eee72e5b770053be3fe27fa1ef844ab02a40d2aada6335f89cb2dcf7c24eab252dd5166a

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**